
SOBRE OBLIQUIDADES, RESSACAS E DESVIOS: UM CAMINHO CAPITU



Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana oblíqua e dissimulada. Pois, apesar deles poderia passar se não fosse a vaidade e a adulação. (ASSIS, 1994, p.38)

Ana Cristina (kiki) Nascimento Givigi¹

...No caminho que enredava este texto às tecno-experiências de tantxs outrxs Capitus (já direi sobre isso)

fui tomada da pele ao fígado – afectada - pelo vigor de Paul. B. Preciado, o que provocou um desvio em meu funcionamento. Esta bomba desalinhava minha escrita que, mestiçava-se aos efeitos virais das palavras “(...) Eles dizem homem-mulher, Branco-Negro, humano-animal, homossexual-heterossexual, Israel-Palestina. Nós dizemos: você sabe que teu aparelho de produção de verdade já não funciona mais (...)” (BEATRIZ PRECIADO, 2013) argumentava ela² num texto dirigido ax³ ativistas da ‘velha Europa’, que acusam uma série de movimentos de não possuírem ‘ideologia’ e, por isso, não poderem ser revolucionários. Lendo isto precisei fazer uma reentrância em meu caminho para falar do Núcleo Capitu e suas relações com o mundo. Na realidade, meu texto produziu em si obliquidades, que era sobre o que eu, inicialmente, pretendia escrever. O encontro com Paul B. formou ondas longitudinais e latitudinais que possibilitaram novas modulações. Mas, isso não me impediu de começar, necessariamente, por reticências – algo estava a se omitir, não por não poder ser dito, mas por sua inexorabilidade.

Algo dos encontros é sempre inexorável - dali brotam as alianças com a vida, os movimentos e afectações. È a partir disso que penso ciência e política - dos encontros e das estranhezas destes – como efeitos de relações de poder que vigoram-se em uma linguagem(ou linguagens). Estas podem se constituir nas relações afetivas longitudinais – feitas de técnicas, ruídos, dores, alegrias, artefatos - produzidas por “corpos em suas relações cinéticas de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, suas paradas e precipitações” (SUELY ROLNIK, 2006, pág. 39), que são expressas em planos de consistência (DELEUZE, 1995). Contudo, há “(...) outra

¹ Doutora em Educação/ UFES, Mestre em Ciências Sociais/ UNICAMP. Professora Adjunta da Universidade federal do Recôncavo da Bahia e Coordenadora do Grupo Núcleo de Estudos e Pesquisa Capitu de Gênero, Sexualidade e Diversidade/Cnpq, privilegiando os estudos junto à linha 'Repertórios híbrido-culturais dos corpos, tecnologias e biopolíticas de gênero e da sexualidade'. Integra também a linha de pesquisa intitulada "Sociedade, cotidianos e culturas", no grupo "Currículos, cotidianos, culturas e redes de conhecimentos" .

² Diremos alternadamente ele e ela ao falar de Preciado, Beatriz ou Paul, cuja instabilidade elx prefere instaurar.

³ Usarei o x para designar todos os gêneros.

dimensão que é latitudinal em que é percebida a dinâmica das ondas e vibrações dos afetos, o estado intensivo da potência de afetar e ser afetado (SUELY ROLNIK, 2006). A intensidade contínua da latitude dos corpos são regiões - os platôs” (ANA GIVIGI 2009, pág. 95). A linguagem do encontro é uma tradução afetada deste jogo intensivo e intenso, onde as intencionalidades misturam-se às infinitas variabilidades em disjunção. Esta linguagem especializa-se conforme as contingências do enunciado, enunciante e sua pretensão à legitimidade.

Como se dá a operação de não-funcionamento e/ou como a falência relativa de um aparelho que produz verdades se mostra? Observemos como a vida – seus encontros intensivos e intensos - vem ‘borrando’ as margens das políticas tecno-discursivas que produzem os corpos binariamente organizados/genereificados, por meio das estéticas disformes e a-significadas das sexualidades. Atualmente, parece aumentar o descompasso entre a invenção da neutralidade científica e sua naturalização como verdade. A ciência evidencia sua extrema politização diante das múltiplas vidas, das multi-espécies e das experimentações, na medida em que há uma hiper exposição do campo de negociação tenso e inseparável entre as vidas/culturas/coletivos e a validade de um princípio alcunhado como científico (afinal, até mesmo a ciência precisa funcionar para ser crível...e o quadro de referências críveis torna-se cada vez mais escasso, dirá CEARTEAU, 1995).

Os estudos de gênero e sexualidade, lésbicos, gays, e, especialmente queer, descaram a ciência-política como campo de regulação e produção dos corpos, incluindo-a à qualquer outra tecnologia produzida. Suas operações segregacionistas, em nome do enunciante branco, homem, heterossexual e europeu é denunciada pelos insurretos das ex-colônias e desprezados do sistema transnacional. Os interesses identitários tornam nítida a parceria normativa estado-ciência-identidade na construção de bio-políticas que estão contidas (e mantêm) a criatividade da máquina de sobrecodificação (DELEUZE, 1996). Não há mais como invisibilizar a dimensão estético política da fabricação científica, que está a disputar um lugar ao sol das ‘verdades’. A velha tática de naturalizar interesses e elevá-los ao *locus* da neutralidade desce a ladeira, junto à multiplicidade de verdades, que anarquizam a organização serial, agregativa e seletiva da racionalidade kantiana.

Se é fato que há um esforço tremendo por manter a operação binária como *modus operandis* do pensamento (inclusive por meio da secularização deste *modus* e seu maior investimento nas instituições sociais de sequestro), também é real que este mesmo esforço mostra o desgaste de uma relação de ‘amor’ profunda - que identificaria o pensamento ao binarismo, naturalmente - que chega ao desmantelamento. As plataformas políticas estáveis estão ameaçadas por um sujeito político monstruoso, cuja rostidade normativa não é afável e nem asséptica.

Os monstros das histórias infantis (COHNEN, 2000), os disformes dos filmes bizarros e experiências masoquistas e sádicas, em De la Grace, Ron Athey, e /ou personagens da arte ou literatura, em Artaud, Bacon ou Kafka, só para citar alguns, entrelaçam-se às multiplicidades das vidas transitórias que se recusam às classificações permanentes. Os monstros são reais e desafiam a rostidade dos sujeitos (fabricando-os) e autorxs da política tradicional, construídas pelos partidos, parlamentos, sindicatos e organizações não governamentais, dentre outros. Este modelo corporativo europeu não suporta a adição da monstruosidade, na medida em que sua mobilidade constrange parâmetros aceitáveis das ontologias centrais ao movimento político. Parece-me que as ex-colônias transbordaram-se em máquinas de guerra à espisteme hegemônica, multiplicando conexões, tecnologias e funcionamentos que impulsionaram curtos circuitos da rede e desarticularam os orifícios de prazer do corpo estruturalista.

Não falamos mais de inclusão-exclusão. Nem mesmo de alternativas. Trata-se de aditivas e de operações de intermezzo (DELEUZE, GUATTARI, 1995a) – “Não há início e fim, sempre o meio, sempre o ‘e’. No ‘e’ está o processo que não quer ser, não se enraíza em busca de um abrigo confortável. “Destitui-se o fundamento, o início e o fim, a vida e o conhecimento dela é sempre intermezzo” (ANA GIVIGI, 2009, pág. 104). Então, são os processos de diferenciação que me interessam, as modulações por entre as quais os processos de significação buscam avidamente por associações rápidas significantes-significado, que não se concretizam nos corpos. Opero por arremessos que desfazem as margens e fabricam ‘esquitos’(e esquizos) nas dobradiças. Desta forma, não é a negação de identidades que há de se ressaltar, mas suas inventividades (modos e artificialidades) e as apostas tecnológicas normativas que regularizam suas mobilidades esquizofrênicas, que lhes rouba os delírios, segregando-as na modalidade saúde-doença-hospital psiquiátrico.

Observando o minúsculo das pedagogias da sexualidade podemos avistar intensidades que se configuram em gêneros normalizados? Podemos sacar-lhes os dispositivos de poder? Podemos arrastar os agenciamentos, as dicotomias e as contradições que estabilizam as máquinas desejantes? Pelo efeito pode-se chegar à discursividade do poder?

Falo do lugar da experimentação, na tentativa de cartografar exercícios políticos e estéticos produzidos pelo Núcleo Capitu de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade, desde 2011, seu marco de existência institucional. A legitimidade deste lugar de ‘voz’ refere-se à autoria, antes pelo contrário, reivindico que “não há enunciado individual, nunca há. Todo enunciado é produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação (...). O nome próprio é a extração instantânea de uma multiplicidade” (DELEUZE,

1996, pág.51). A experiência é extraída de seu lugar de experimentação, de seus maquinismos, hordas e fluxos, a partir de uma operação intencional, relativa aos interesses, de distinção de signos. Daí se produz um agenciamento, que gera códigos, forma e letras e até nome próprio. Deste lugar de múltiplos é que falo de nossas experiências vividas, traduzidas da singularidade da minha experimentação, numa perspectiva que em nada se assemelha a propriedade ou autoria. Sou também uma ‘capitu’, como nos auto nominamos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde tentamos por associação, aliança e síntese disjuntiva problematizar as normas de produção do gênero e sexualidade na universidade, nas cidades do recôncavo e na vida. O Núcleo é também um grupo de pesquisa, de 2012, do CNPq, ao qual se articulam duas linhas: Repertórios híbrido-culturais dos corpos, tecnologias e biopolíticas de gênero e da sexualidade e Gênero, Sexualidade e Educação. Assim se coloca o objetivo do Núcleo:

O CAPITU - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade - destina-se a realizar e/ou exercer parcerias para produção acadêmica, científica, cultural e política nas regiões do Vale do Jiquiriçá e Recôncavo da Bahia que se ocupem da expansão das normas e marcadores sociais que agenciam o exercício e a expressão das sexualidades, das especificidades relacionais entre gênero, classe, raça e do exercício livre da sexualidade e suas escolhas de ação política e de associações, bem como do direito a auto-nominação e/ou a não nominação sexual. (projeto final Capitu, 2011).

Desde que se materializou em ‘capitus’, o Núcleo reúne ativismos, ações acadêmicas, pesquisas, organização e participação em eventos, discussões curriculares, dentre outros. É ainda jovem e agrega professorxs e discentes dos campi de Amargosa (Centro de Formação de Professores), de Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde), dialogando com outrxs discentes de Cachoeira (Centro de Ciências, Artes, Humanidades e Letras) e de Cruz das Almas (Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas). Há ainda mais outros campi desta Universidade que estão situados em Santo Amaro (Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas), Feira de Santana (Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade) e, em andamento para constituição, o campus de Nazaré.

De modo mais consistente, o maior volume de pessoas que constituem o Núcleo está em Amargosa, cidade de quase 40.000 habitantes, no Vale do Jiquiriçá, centro sul da Bahia, região chamada por Milton Santos de recôncavo Sul.

OBLIQUIDADES E DISSIMULAÇÃO

Eles dizem “uma ideologia” como minha mãe dizia “um marido”. Pois bem, não precisamos nem de ideologia nem de marido.
BEATRIZ PRECIADO, 2013).

O Núcleo discutiu com cuidado seu nome, buscando agregar e ‘dar passagem’ às estratégias diversas, pensamentos múltiplos e até dissonantes. Queríamos marcar femininos que destoam e se proliferam em sintaxes variadas e até inapreensíveis: aguardávamos uma espécie de estranheza que nos abrigasse. Deitamo-nos nos olhos de Capitu, oblíquos e dissimulados (ASSIS, 1994), que guardam em si muitos dos inaudíveis caminhos inclinados e tortuosos do mundo. Respiramos forte e quente para viver de estratégias esquivas do sentido literal dado a elas, de modo que não evidenciassem tutela, optando pela construção da máscara identitária, somente quando necessário multiplicar as demandas dxs sujeitos do interior da Bahia, onde a abjeção marca corpos que borram as fronteiras de gênero.

Comíamos ‘capitu’, devorávamos ‘capitu’, desejávamos ‘capitu’. As questões colocadas por Foucault para dimensionar uma vida não fascista intensificavam nossos desejos de produzir pesquisa acadêmica e ativismos (pós) feministas. Marteladas sonoras diziam: “Como introduzir o desejo no pensamento, no discurso, na ação? Como o desejo pode e deve desdobrar suas forças na esfera do político e se intensificar no processo de reversão da ordem estabelecida?” (FOUCAULT, 1977, pág. 11). Estas nos parecem ser as questões para os movimentos sociais.

É o próprio Foucault que nos ‘corta’ feito faca amolada, alertando para o perigo de pensar o hoje presxs aos amálgamas políticos das experiências passadas, tomadas como lei, de caráter dualista. Ele diz isto analisando que os movimentos de maio de 68 na França, foram julgados pelos ortodoxos mais como um erro programático, como ausência da disciplina marxista ou da psicanálise freudiana, do que uma nova investida de fluxos anárquicos do desejo, que transbordam as dimensões papai-mamãe e que, portanto, não são cabíveis nas estruturas de pensamento da década de 30. Os desejos extrapolam os muros epistemológicos e o combate “se deslocou e ganhou novas zonas” (ibidem, pág. 12). Assim, não só o movimento é outro, como as categorias de análise precisam ser paridas das relações de força atuais.

O que me parece ser sustentável é que as possibilidades de pensar multiplamente o desejo, como produzidos pelo movimento, não se opõem ao enfrentamento nem ao poder do estado e nem aos signos sobrecodificados na máquina abstrata para este fim (SUELY ROLNIK, GUATTARI, 1996; DELEUZE, 1996). Na verdade, trata-se de proliferar, de espalhar e de agenciar múltiplos pontos ativos de inflexão e de obliquidades para que os processos de subjetivação variados operem formas e modos incessantes de anarquização do funcionamento do sistema (que também funciona

de forma variável). Queríamos que o Núcleo fosse o espaço de produção de modos de operação múltiplos e que explodisse as naturalizações da heterossexualidade; com isso fosse capaz de agenciar femininos, masculinos e a-significações sem gênero.

Alguns marcadores como a violência de gênero e a raça articulam-se na produção tecnológica dos gêneros no interior da Bahia. Não é fácil para ‘capitus’ enredar-se nas tramas das ações de visibilização da submissão/violência do feminino, da virilidade do masculino e das práticas racistas e homofóbicas. Mais difícil ainda é que sejam sentidas e percebidas como tecnologias da produção da diferença sexual e da centralização da heterossexualidade. Por aqui, a sexualidade é um dispositivo tecnológico de extraordinária eficiência, cujas técnicas imbricam-se à raça, sendo impossível entendê-las separadamente. Trata-se de uma tecnologia de funcionamento único, mas ambíguo, cuja divisibilidade custa sua queda em pura abstração (MARIA LUGONES, 2008). É incoerente pensar as demarcações de gênero e sexualidade sem entender a sua complexidade constitutiva: isto resultaria em nova tecnologia de diferenciação sexual que não traria dados para entender a constituição do gênero nesta região do mundo. Contudo, exatamente por sua indivisibilidade e integração tecnológica é que o vazio que deixa, ao ser dividida, denuncia a necessidade de operação conjunta para compreender o sistema-gênero-sexualidade. Ou seja, muitas tecnologias – raça, classe, gênero, sexualidade, regionalidade - integram-se na operação de construção de homens e mulheres, conforme as normas heterossexuais e, quaisquer movimentos que daí sejam articulados, precisam de ouvidos atentos às repetições e re-inscrições locais e regionais, que efetivam e naturalizam as identidades sexuais, ao invés de observá-las como efeitos tecnológicos do funcionamento da nordestinidade-negritude-sexualizada, no nosso caso.

ANTROPOFAGIZANDO OS OLHOS OBLÍQUOS E DISSIMULADOS DE CAPITU

Comer ‘capitu’ para aliar-se às tecnologias propostas pelos movimentos sociais e coletivos, às vezes tão distantes da universidade, era, para mim, o caminho para elaboração de modos e estratégias. Penso que obliquidades deslocam a pretensa (e hipócrita) retidão acadêmica, que mais tem a ver com assepsia, do que com qualquer cuidado ético. Então, como ciência-política e movimento poderiam fertilizar redes de estratégias coletivas de gênero e sexualidade?

Devorar ‘capitu’, cínica, dissimulada, silenciosa, mas afirmativa. O Núcleo precisava antropofagizar. Refiro-me à tradução feita pelos modernistas de 22 no Brasil, qualificada por Oswald Andrade, como movimento antropofágico. Ele reafirma a antropofagia como processo positivo, oposta à leitura repressiva dos portugueses (que impregnaram a vida dos povos indígenas de dualismos e da lógica do negativo). Na visão dos indígenas, os guerreiros inimigos, quando

capturados, são alimento para líderes e para os outros da tribo que o capturou e, consideravam que, se comessem sua carne, estariam adquirindo suas qualidades. Por isto mesmo era necessário que o guerreiro vencido preservasse sua coragem e que, por um tempo, adquirisse os costumes e valores da tribo vitoriosa, por meio de rituais de mimese (FLORESTAN FERNANDES, 2006).

Assim, nesta proposta, as estratégias antropofágicas afirmam a junção e diluição da força dx outrx na sua própria força, destruindo as tecnologias da diferença em favor da afirmação das múltiplas vivências em corpos singulares, que mimetizam a força do múltiplo, ao mesmo tempo em que descentralizam o ego, apostando em composições não edipianas de sociedade. Suely Rolnik destaca nas leis da antropofagia:

O antropófago vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. É por isso que acolhe o outro cordialmente, e declara: só me interessa o que não é meu (SUELY ROLNIK, 2006.pág.203).

Antropofágico é o próprio processo de composição e hibridação das forças, o qual acaba sempre devorando as figuras da realidade objetiva e subjetiva e, virtualmente, engendrando outras (SUELY ROLNIK. 1996.pág..67).

Aquilo que fazemos de nós mesmos é renovado/transformado a cada vez que engolimos novos pedaços de mundo: hibridamos e intensificamos forças compostas em platôs de intensidade. Processualmente, nos inclinamos ao mundo e dele nos constituímos em operações afirmativas da vida, abertas à potência. O processo de fazer e desfazer territórios realiza-se nos encontros, o que nos resulta dizer que o desejo é uma produção do fora (do encontro) e suas qualidades são sócio-estético-políticas.

Não há um desejo no corpo e uma natureza do desejo: esta fabricação é da ordem intensiva das operações tecnológicas que constroem as identidades e as referências sexuais como naturais. O alvo e o produto é o corpo, biopoliticamente produzido, por segregações, cortes, colagens, normas – todas tecnológicas – ele é também o espaço político de contrassensos, de produções aditivas e contrassexuais (BEATRIZ PRECIADO, 2014). Produtivamente, o corpo é o espaço político de desvios de fluxos orgasmáticos, assim como de controle destes, por meio das máquinas de sobre-codificação. É sobre ele que a norma se enverga, é sobre/por/entre ele que se fabrica contraproduções desestabilizantes, feísmos, catástrofes, monstruosidades e bizarrices que se, agenciadas, produzem movimentos de dissonâncias e de fissura das tecnologias de controle.

Talvez seja um exagero dizer que estávamos vivendo possibilidades de novas epistemes, mas avizinham-se alianças entre saberes diferenciados e uma perspectiva de modulação das relações de poder entre nós, a academia e o mundo, que, reconhecendo suas assimetrias, poderia

produzir uma nova economia dos desejos e/ou experimentar o processo tecnológico de produção das diferenças sexuais e sua hierarquização. Não queríamos ‘marido’ e muito menos ‘ideologias’ paridas pela negatividade do poder. Não falávamos de metateorias, totalizações, falta, ausência ou restrição da multiplicidade dos desejos. Afirmávamos a luta, a proliferação por disjunção e a potência. Esta inclinação que se desvia do que é perpendicular – a obliquidade – desloca os signos de sua função tecnológica de organizar dispositivos inscritos num sistema – sexo e gênero (idem, 2014).

RESSACAS E DESVIOS

Eles dizem representação. Nós dizemos experimentação. Eles dizem identidade. Nós dizemos multidão. Eles dizem controlar a periferia. Nós dizemos mestiçar a cidade. BEATRIZ PRECIADO, 2013).

Capitu tinha a ressaca na alma e lhe transbordava nos olhos. Arrastava para dentro quem ousava encará-la, como um turbilhão. Olhos que exigiam força reacionária daquele que não queria se entregar:

“(…) Olhos de ressaca? Vá de ressaca (...). Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que me saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me (ASSIS, 1994, pág.51).

Os olhos da moça agenciavam técnicas, abismos, dores, alegrias, amores e fugacidades que se fertilizavam em desejos ainda não cartografados. Nem sempre os investimentos rígidos/másculos/viris querem se entregar ao delírio de um amor ‘capitu’. Tomando-lhe emprestado a ressaca e a fúria marítima pensávamos nossas estratégias desviantes. Quase nunca o delírio é compreendido, por conta da redução das máquinas desejantes a um sistema de representação, “(...) redução das fábricas do inconsciente a uma cena de teatro” (DELEUZE, 1992). Pelo contrário, há investimentos pesados sobre ele, de modo que se estratifica em língua-linguagem edipiana, restringindo as perspectivas das maneiras de delirar o campo social às estruturas reconhecíveis da psicanálise. As experimentações que poderiam ser geradas são ossificadas na representação do desejo e das identidades, motoras de tecnologias variadas de produção. Entretanto, outros agenciamentos funcionam maquinicamente – ressacas produzem derivas – e espalham signos desordenadamente e rizomaticamente, singularizando-se (GUATTARI, SUELY ROLNIK, 1996).

A força-eco-anárquica do maio de 68 dizia não ao programa prévio da identidade essencialista e afirmava processos *esquizos* de vivência das sexualidades, de modo que as

estranhezas borram as fronteiras de gênero e sexualidade. Tomados por esta força, os caminhos ‘capitu’ procuram escavar desvios na linha reta. Entendemos que desvios são agenciamentos de inclinações, de ações minoritárias, de performances, de minorias étnicas, raciais e sexuais e de pontos de fuga produzidos. Para Preciado (2007) nada fica de fora do sistema global sexo-raça-capital que constitui um campo de forças, cujos movimentos dirigem-se à assimilação das minorias sexuais à norma⁴. Então, ele diz que a saída está na radicalização das divergências e na geração de estratégias não essencialistas e, até na renúncia dos “benefícios que poderiam (as minorias/acrécimo meu) obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes” (BEATRIZ PRECIADO, 2014. Pág. 21).

A radicalização de Preciado consiste em fustigar o contrato social heterocentrado e dele ‘rasgar’ cláusulas, por meio de práticas contrassexuais: “são tecnologias de resistência (...) formas de contradisciplina sexual.” (ibidem, pág. 22). Diz ela inspirar-se na crítica de Foucault aos movimentos de liberação sexual dos anos 70, cuja plataforma se estabelecia a partir do combate. As formas mais modernas de arregimentação e organização do poder exigem produção intensa de outras técnicas de arranjo e expansão do prazer, num método de intensa contraprodução.

O reconhecimento do limite da representação nutre as práticas contrassexuais, que agem decididamente sobre o corpo já exaurido pelos insuficientes códigos de legitimação da modernidade. Se novas forças entram em relação com os códigos que legitimavam o conceito de ‘homem’ é importante entender que este encontro pode desconstruir a legitimidade e o próprio homem e/ou o antropocentrismo, centro do liberalismo (DELEUZE, 1992). A força política da relação com as técnicas e tecnologias extensivas ao corpo, constituindo-o, mesmo quando quer suplementá-lo, está no centro das estratégias que descaram a artificialidade produtiva dos gêneros. A proposta contrassexual re-situa as estratégias das psicologizações, sexualizações, cruzamentos e usos de técnicas no interior de um sistema tecnológico complexo que organiza artefatos, sexo (este a maior tecnologia de dominação sexual!), objetos, orgasmos, desejos, ruídos, identidades, etc. para fortalecimento das hierarquizações das diferenças sexuais e produção das distinções – recorta, gera zonas e as identifica como uma natureza anatômica. Diante da organização do desejo, a partir das máquinas assimétricas que distribuem os fluxos conforme o funcionamento pretendido de zonas erógenas – e ela faz um dossiê farmacopornográfico (BEATRIZ PRECIADO, 2008)! – ela denuncia a tutela e as investidas do contrato social nas identidades, geradas pela mesma lógica de

⁴ Ainda que ele fale de biopolítica e de um campo social de pretensa totalização, Preciado aponta técnicas de resistência, cujos agenciamentos são feitos a partir de rasgos na lógica de organização dos desejos e das tecnologias da sexualidade. Entendo que aqui ela tensiona o conceito de poder de Foucault tomando também o uso de Deleuze e Guattari sobre linhas de fuga, processos de singularização e revolução molecular.

funcionamento deste, portanto, cujas limitações estratégicas são evidentes e previsíveis. Concorde ele com os argumentos de Judith Butler (2003) sobre as limitações que as normas de gênero, baseadas na heterossexualidade compulsória e no dimorfismo sexual, colocam aos seres que não são inteligíveis: a própria negação da existência político ontológica. Juntas, questionam não só a identidade, mas a política de funcionamento e de produção da identidade, cujo sujeito prévio só pode ser abstrato.

Apesar da crítica visceral de Preciado aos processos regulatórios da identidade e da concentrada posição de Judith com relação a este sujeito político problemático, tanto uma quanto outra estão atentas e, ardorosamente voltadas às práticas políticas dos movimentos sociais e seus efeitos de poder. Não é à toa que têm dialogado permanentemente com os ativismos – as duas são ativistas – e suas práticas.

Preciado tem produzido visibilizações de ativismos e propostas que distorcem os códigos de significação dominantes (BEATRIZ PRECIADO, 2007) e, imediatamente, incidem sobre as linguagens regulatórias da identidade. É importante destacar que, para ele, a insurreição dos saberes locais coloca em evidência o debate entre os silenciamentos e apagamentos das vozes ‘subalternas’ e sua linguagem minoritária, produzida nos interstícios das fronteiras e/ou na repetição dos estereótipos, o que problematiza o caráter originário da linguagem. Saberes insurretos estariam na contra mão da assepsia social e do sentido único, porque se apropriam das tecnologias de produção e geram redes de afinidades, por meio de códigos que fraturam a universalidade pretendida do saber científico inscrito no projeto colonizador⁵. As mestiçagens, neste sentido, não seriam esconderijos de uma identidade autêntica e original, mas a construção de hibridações e negociações autônomas em torno dos discursos e práticas da fronteira, o que também desestabilizaria as noções de pureza e inteligibilidade.

Ou seja, o que propõe é multiplicar os processos de singularização, de modo que estes sejam potentes e, por seu caráter altamente produtivo, distorçam as possibilidades de unificação e totalização (e ou de sobre-codificação). A questão é como mover-se da molaridade – diz respeito ao nível de construção das identidades – e construir estratégias moleculares, pós identitárias, minoritárias, anarquizantes, contrassexuais (ibidem, 2007, 2010).

⁵ Para este debate específico é importante destacar a importância de Gayatri Spivak, Chandra Mohanty, Chela Sandoval, Homi Bhabha, Jacqui Alexander nas discussões das estratégias pós coloniais e sua dissonância com a construção de um sujeito universal e portador de projetos nacionais. As questões levantadas por elas problematizam os códigos de linguagem, mas não só, incidem diretamente sobre a insuficiência do estado-nação, identidade nacional, afetando os projetos transnacionais e globalizantes, daí sua radicalidade.

O que Guattari e Suely Rolnik (1996) prestavam atenção na década de 90 tem grande importância para os estudos político estéticos de Deleuze e Guattari (1995, 1996) nos anos da mesma década. Eles tencionavam as demandas dos movimentos sociais a partir da relação entre molaridade e molecularidades, assim visto: “O que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (GUATTARI, SUELY ROLNIK, 1996, pág. 45). De modo algum os níveis molares e moleculares se opõem (ou funcionam por meio da contradição como princípio), antes possibilitam novas formações do desejo no campo social, na medida em que combinam ações infrapessoais, pessoais, político social que ocorrem no campo da micropolítica, causando fissuras em lógicas hegemônicas.

Ela (Beatriz Preciado) bebe em Deleuze, embriaga-se dele, mas vai adiante, porque para ela, a passagem de uma política de representação à outra de experimentação radicaliza-se no corpo como espaço político de experimentação e de ritualização, daí suas práticas inversão contrassexuais, inclusive propostas e vividas.

EXPERIMENTAÇÕES DAS EXPERIMENTAÇÕES

Os sons das discussões identitárias produziram também ressonâncias produtivas no Brasil da década de 80 e 90. Mesmo sendo considerada uma ‘década perdida’ pelos economistas desenvolvimentistas - queda de índices econômicos estruturais, baixa produção, mercados frágeis, etc. - os movimentos sociais destas décadas, especialmente em 80, insurgem-se contra o arrocho salarial, desemprego, ausência da aplicação de legislação trabalhista, centrados nas formas corporativas de fazer movimento. É preciso que se diga que, até mesmo antes disso, visões dissidentes e minoritárias no/do próprio sindicalismo já reivindicavam alterações radicais no corporativismo sindical brasileiro e expunham a pluralidade dos sujeitos, embora no interior de um projeto dito revolucionário de transformação social⁶. Além disso, estudiosxs em outrxs tons já cindiam este campo preocupadxs com a insurgência de ‘atorxs sociais’, nomeados por Maria da Glória Cohn (2008) de sujeitos de movimentos identitários, embora ela mesma ressalte que estas

⁶ Não é objetivo aqui fazer esta discussão sobre o movimento sindical de forma concentrada, mas destaco três obras importantes nesta problematização: ANTUNES, R. (Org.). **Por um Novo Sindicalismo**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 63p; ANTUNES, R. (Org.). **Movimento operário: novas e velhas lutas**. 1. Ed. São Paulo: Escrita/ENSAIO, 1979. 102p; SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

nomeações não são estanques. Ela diz desses como àqueles que trazem em pauta os direitos políticos culturais específicos, movidos por pertencimentos identitários:

(...) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local), e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.) (MARIA DA GLÓRIA GOHN, 2008, pág. 439).

A discussão na agenda social da década de 90 tinha como eixo o debate em torno do conceito de sociedade civil e sua relação com a cidadania e trabalho. (Evelina Dagnino 1994, 2002), voltada aos processos participativos perguntava sobre os limites da cidadania brasileira, cujo contexto político é marcado por relações autoritárias – cultura e democracia – questionando sua exterioridade e caráter limitado ao acesso. Para ela, era necessário que os sujeitos definissem suas ações autônomas no contexto, reduzindo a contingência das escolhas, por meio da fabricação da própria pauta. Esta autonomia é que poderia alargar o espaço público, resultante do conflito, que desnaturalizaria o autoritarismo criado pelas relações políticas no Brasil. Já percebia que a democracia não era um dado, senão uma criação e o espaço público não era uma substância, antes uma relação de forças, cujas regras do jogo poderiam ser definidas no próprio jogo e não fora dele. Neste espaço de tensões é que se exercem os direitos políticos – elaborando estratégias que são exercícios de força – ou seja, a cidadania organiza estratégias para construção democrática e é por elas organizada. Evelina afirma que a incorporação do papel das subjetividades faria emergir sujeitos sociais, bem como ampliaria o espaço da política por meio do reconhecimento do “(...) caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para construção democrática” (EVELINA DAGNINO, 1994, pág. 104).

Ela já distinguia transformações no terreno da política. Não considerava que o “membership” da sociedade liberal era suficiente para dar conta de remexer as práticas autoritárias brasileiras: apostava na multiplicidade de sujeitos que diversificariam a pauta e, portanto, a noção de direitos e de política. Mas, de forma mais majoritária, os movimentos sociais, embora se multiplicassem, estavam de olhos fechados às transformações do próprio sujeito, de modo que o funcionamento dentro da lógica inteligível corroborava (e corrobora) com as técnicas do estado

liberal que o produz. Neste caso, as próprias identidades são engrenagem de funcionamento corporativo. Deleuze denuncia:

Os direitos do homem não nos obrigarão a abençoar as alegrias do capitalismo liberal do qual eles participam ativamente. Não há estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana. A vergonha é não termos nenhum meio seguro para preservar, e principalmente para alcançar os devires, inclusive em nós mesmos” (DELEUZE, 1992, pág. 213).

Trata-se, então, de não secundarizar o campo dos desejos, sob o pretexto de que seriam produtos mediatos de superestrutura (GUATTARRI, SUELY ROLNIK, 1996), mas de entendê-los imbricados, implicados, contaminados e produzidos nas tecnologias inscritas num sistema complexo. Trata-se de pensar e agir em processos radicais de “desfazimento” das práticas reconhecíveis e catalogáveis, tumultuando os códigos. Por isso, Preciado fala de políticas de experimentação como produtoras de sujeitos sem significações: a própria subjetividade é este terreno da experimentação. (PRECIADO, 2007).

IMAGENS E EXPERIMENTAÇÕES – PARTE 1

Tomamos então, experimentações contrassexuais, como as define Preciado, com intuito de que as pessoas as experimentem/sintam de algum modo e, a partir delas, possam pensar nas possibilidades de negociação com outros campos do desejo. Obviamente, o sentido era produzir efeitos, deslocamentos e traduções. Por isto mesmo, as ‘experiências’ que propusemos com imagens aconteceram após a principal atividade anual do Núcleo Capitu: O Festival de Múltiplas Sexualidades⁷. É preciso dizer que durante os dias de realização do festival, os espaços são perturbados (e adornados) por imagens que nem sempre são bem ‘aceitas’ pela comunidade acadêmica – cu, buceta, dildos, objetos pontiagudos, cores, beijos, línguas, penas, plumas, etc. – cuja proposta é que causem efeitos dos mais diversos matizes.

⁷ O Festival foi construído na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pelo Núcleo Capitu, após encontros dos diferentes coletivos e núcleos voltados à discussão de gênero e sexualidade em momentos distintos de ação política. Motivado também pela problematização das violações e assédios verbais vivenciadas por alunas no Centro de Ciência Agrária, Ambientais e Biológicas (CCAB)-UFRB, ameaças de agressão a estudantes homossexuais no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)-UFRB, injúrias e assédios morais a estudantes e professores do Centro de Formação de Professores (CFP)-UFRB, entre outros fatos que evidenciaram a necessidade de articulação e ampliação dos debates pelos e coletivos para toda a comunidade acadêmica da UFRB. O Festival é um espaço político formativo que agrega os grupos na produção de oficinas, babados (como são chamados os debates), produção artístico-cultural, transformando o espaço em um ateliê de produção e problematização das sexualidades, do currículo e das práticas pedagógicas, junto aos grupos ligados aos direitos sexuais e políticos no Recôncavo da Bahia.

No ano seguinte à realização do II Festival Anual de Múltiplas Sexualidades, em dezembro de 2013, fomos a campo cartografar efeitos, rupturas, desvios e sustos incitados por um recurso metodológico imagético. Era agosto de 2014, no campus de Amargosa, e nossa pesquisa utilizou três imagens fotográficas como técnica de coleta de dados para compor o mapa que chamamos de “Arroubos da Sexualidade”. O objetivo era que os atravessamentos fossem mediados pela pesquisa e que as imagens produzissem sensações corporais, discursos e tematizações da sexualidade. Às imagens fotográficas, que foram entregues a cinco (5) discentes e um (1) professor, foi acrescida uma única pergunta - Como se sente quando vê? - que era respondida pelx indivíduo, após ser orientadx a ficar um pouco com a imagem nas mãos e, logo após, entregá-la com a resposta às duas discentes que aplicavam o questionário. Xs cinco discentes e o professor haviam participado do festival, como ouvintes (esta pergunta era feita anteriormente). As discentes responsáveis pela aplicação também foram orientadas a fazer anotações sobre possíveis gestos e expressões, que fossem significativas para elas, ao entregar as imagens na mão dxs pesquisadx. Estxs foram identificados por nome fictícios; dos cinco discentes, três eram mulheres e dois homens (tabela abaixo). O objetivo era entender que efeito a imagem produzia, mesmo após a realização do festival, onde supostamente imagens mais parecidas com aquelas teriam sido vistas.

Pessoa com nome fictício	Sexo catalogado pelx entrevistadx	Identidade sexual dita pelx colaboradx	raça
José	homem	heterossexual	branco
Camila	mulher	lésbica	negra
Paula	mulher	heterossexual	negra
Graça	mulher	nenhuma	negra
Samuel	homem	gay	negro
Marcos	homem	heterossexual	negro

Tabela 1: sujeitos de pesquisa

As imagens de práticas reversão ou contrassexuais:



Imagem 1: Del LaGrace Volcano (nasceu Debra Dianne Wood 1957) é investigador da polimorfia da cultura queer



Imagem 2: Annie M. Sprinkle (nasceu Ellen F. Steinberg; 1954) é prostituta, stripper, atriz pornográfica, dentre outros.



Imagem 3: Ron Athey é artista performático que associa o corpo a extrema performance artística

As práticas de inversão contrassexual sacodem as tecnologias de produção do sexo, do gênero e da sexualidade, na medida em que exploram espaços corporais excluídos ou higienizados pela lógica normativa - tecnológica que define as zonas erógenas, bem como descentralizam e desnaturalizam a diferença sexual, demonstrando o seu caráter de produção. Uma vez que objetos parciais e extensivos ao corpo lhe são aplicados (e incorporados) possibilitam a fabricação do prazer e do gozo, pelo uso de técnicas geram “(...) uma operação de deslocamento do suposto centro orgânico de produção sexual para um lugar externo ao corpo” (BEATRIZ PRECIADO, 2014, pág. 81). Acontece uma traição, segundo ela, pois o órgão anatômico é deslocado e outras significações são construídas, bem como outros espaços serão ressexualizados. Ele (Preciado) diz ser possível, por meio do dildo⁸, fazer uma leitura filosófica da sexualidade em nosso tempo: o dildo opera no interior da heterossexualidade, na medida em que seu caráter suplementar faz funcionar uma operação de corte que des-institui o órgão naturalizado do prazer. Ora, se toda sociedade se define pela supremacia fálica, uma vez que se desconstrói o significado, gerando uma relação entre significantes, pode-se dizer que este tráfico de significantes, destitui o pênis de sua função fálica e o ‘faz passar’ a outros significantes.

Segundo as entrevistadoras todxs os colaboradorxs, exceto, uma, a Paula, riram, de início, ao ver as fotos. Paula franziu a testa e respondeu diante de todas as imagens: “que nojo, quem precisa disso?” somente isto. O efeito causado à Paula corrobora com o sentido positivo e deslocador que se propõem as práticas contrassexuais. Neste caso, o que parece ser negativo é afirmativo. Se estas (as práticas) buscam desconstruir a higienização da sexualidade, o nojo destoará da assepsia. Mas, ‘quem precisa disso’ pode sugerir que o sexo esteja ligado a uma necessidade natural, o que é desmascarado pela estranheza da colaboradora ao uso de tecnologias extensivas, que, se foram necessárias (ou precisadas) a alguém, pluraliza o sentido para ela, deixando-lhe a chance de desfazer a relação unívoca que ela sugere entre prazer-anatomia-artifícios sexuais. Sem se estender edipianamente à análise do discurso de Paula, entendo que o efeito da normalização das práticas sexuais são ao menos visibilizadas, quando ela entra em contato com outros sentidos.

As operações contrassexuais tem um efeito bombástico, disruptivo. Preciado diz:

É preciso dinamitar o órgão sexual, aquele que se fez passar pela origem do desejo, por matéria prima do sexo, aquele que se apresentou como centro privilegiado, no qual se toma o prazer, ao mesmo tempo em que se dá, e como reservatório de reprodução da espécie (BEATRIZ PRECIADO 2014, pág. 80).

⁸ Refere-se ao ‘sexo de plástico’ que relaciona-se à análise que ela faz da sociedade heterocentrada, como extensão prostética e descentralização do prazer.

Um pinto pequeno de um sujeito andrógino, uma mulher que ri diante de uma lupa que invoca um pênis ou um sujeito que se auto penetra provoca efeitos diversos, inclusive de recusa, o que em si também é um efeito.

Xs outrxs colaboradorxs diferem entre si. José considera as imagens “normais, sendo que a 3 (imagem) é mais agressiva”. Ele acrescenta, dizendo que a imagem 1 é para ele de “sexualidade indefinível e que o efeito plástico das três é interessante”. Concorde com ele, a entrevistada Graça que responde que “são fotos artísticas, mas que acho que ninguém sentiria prazer desta forma”, contudo “tudo na arte é permitido”, acrescenta ela.

Embora haja variações entre José e Graça, penso que xs dois transferem para o campo da arte, destituída de seu efeito político, as operações contrassexuais: “efeito plástico” e “tudo na arte é permitido”, parece dizer que a arte situa-se na esfera ideal da vida e que neste lugar os funcionamentos são mais livres. Não deixa de ser real que a lógica desta esfera seja eivada de diferenças, mas que seja possível destitui-la de seu efeito transversal e transforma-la em lugar de ascese, também é problemático. Mas, o que é curioso é que o efeito artístico das fotografias parecem ser artifícios que se sobrepõe para estxs colaboradorxs aos outros e/ou esquivam outro sentido a ser dito, uma vez que Graça afirma secundariamente (em uma linha bem abaixo da resposta) que “ninguém sentiria prazer daquela forma” e/ ou que José ache que seja possível definir a sexualidade por meio da fotografia, já que a imagem 1 lhe sugere “sexualidade indefinível”, talvez pelo minúsculo pênis. Se assim o for, a sexualidade estaria ligada a uma possível anatomia mais definida? As palavras dele não nos permitem afirmar isto, apenas ensinar, visto que as tecnologias heterocentradas servem à naturalização das diferenças como pressupostos anatômicos naturais. É aí, dentre outros, que as práticas de reversão contrassexuais pretendem atingir: as associações aparentemente naturais, desfazendo, por cortes e pegadas, a relação significante-significado.

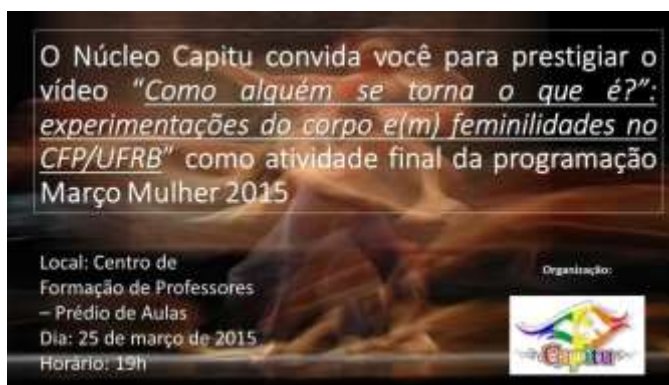
Marcos diz que as fotos lhe fazem sentir “deslocamento e incômodo parecido com prazer, porque as pessoas parecem estar satisfeitas e eu acho que se faz sentido para eles deve haver sentido”. Ele também escreve: “gostei mais da foto 3, porque parece mais forte”. Não nos cabe ‘interpretar’ o que ele escreve, mas ‘forte’ remete-nos a algo que seja contundente. Camila afirmou “sinto-me bem, os efeitos destas fotos mexem com meu corpo e fazem-me pensar sobre meu próprio prazer, sobre sexo anal, sobre trepar. Sinto um comichão...risos”. Digamos que Camila foi a que permitiu em si um efeito mais intenso e corporal, mais próximo à sexualidade dela mesma, inclusive dizendo que sente um “comichão”. Ela admite os efeitos sobre o seu corpo, falando de possíveis alterações que estes signos e seu modo de organização nas fotos ligam-se aos sentidos que ela mesma dá ao sexo e à sexualidade.

O colaborador Samuel olhou as fotos, ficou o mesmo tempo que os outros com elas nas mãos, mas as entregou sem nada responder. Seu, tivemos apenas o riso inicial.

“NÃO É DE MULHER QUE ELE FALA” – PARTE 2

A outra experimentação sobre a qual pretendo discutir aconteceu em março deste ano, por ocasião dos debates do Março Mulher-Núcleo Capitu, quando outras atividades também foram desenvolvidas: dentre elas o vídeo experimental “Como alguém se torna o que é: experimentações do corpo e(m) feminilidades no CFP/UFRB”. Foi exibido no hall do Centro de Formação de Professores da Universidade, em Amargosa.

Os 48 minutos de vídeo são recortes de efeitos da feminilidade e seus atravessamentos, entrecortados por imagens de mulheres transgêneros, cisgêneros, prostitutas, colagens de artefatos e tecnologias sexuais, vaginas, pênis, frases foucaultianas, deleuzianas e nietzschianas que nos falavam sobre as feminilidades e invocavam as experiências como produtoras de múltiplas feminilidades. Os discursos e falas de estudantes e professoras sobre suas vivências na universidade, em experimentação das técnicas de controle das sexualidades, bem como as dimensões que o espaço acadêmico lhes permite usufruir/produzir, torna possível destacar as tecnologias discursivas sobre gênero e sexualidade neste lugar.



Convite para assistir ao vídeo

Cada entrevista é alternada por imagens, fotos e músicas que permitem ao espectador construir sua participação e seus sentidos sobre uma extensão de femininos indefiníveis e abertos. O vídeo, produzido, por um coletivo de discentes do Núcleo, afecta, gerando passagens de intensidades “(...) passagens, devires, ascensões e quedas, variações contínuas de potência que vão de um estado a outro (...) afectos” (DELEUZE, 1997, p.157). Estes destroem as purezas e essencialidades que constituem os sujeitos femininos abstratos, dotando-lhes de carne vermelha e sangue, pulsações e friezas, que variam conforme a temperatura dos discursos veiculados, deixando-nos sob o efeito do mundo. As imagens dissonantes rompem as entrevistas assépticas; as

descaradas são adicionadas às imagens ‘limpas’, de modo que os códigos perdem sentido literal e impulsionam atividades, exercícios, movimentos.

Uma das turmas nas quais leciono – do componente Educação e Movimentos Sociais- assistiu ao vídeo como atividade de aula; na semana seguinte falaríamos de feminismos. A turma tem 10 discentes, oito estavam presentes na atividade. Realizamos, posteriormente, o debate sobre o filme em sala de aula. Mas, uma delas, especialmente, causou efeitos em mim, possibilitando-me pensar junto com Martin- Barbero (2000), como as culturas audiovisuais nos envolvem em regimes novos de sentir e saber, em outras palavras “nos produz”. Ela dizia:

Não é de mulher que ele (o filme) fala!

Perguntei, então, sobre o que era. Ela retrucou:

É sobre gente, sobre como se faz gente!

A discente percebera as tecnologias de montagem e construção do feminino, assim como as artificialidades de construção do humano. Dizia ela, a seu modo, sobre fazer coincidir a experiência com aquilo que se está sendo. O processo de montagem e desmontagem e a multiplicidade de signos tornaram-se claro para ela. As regulações foram notadas em meio aos relatos daquilo que cada uma entrevistada percebia na sua própria constituição.

Paul B. Preciado (2015) pergunta-se como modificar as hierarquias visuais que tem nos constituído como sujeitos e desprezar aquelas que nos diferenciam como inteligíveis e aceitáveis – normais- ou abjetos. Para transformar estas hierarquias que fortalecem relações desiguais e artificialmente diferenciais ela propõe, neste âmbito, atitudes pós-pornográficas. Fala de exercícios de poder que reapropriem as tecnologias de produção da sexualidade. Sua leitura coincide com os termos com os quais Tereza de Laurentis vê o cinema e as fotografias (às quais ela estende as produções áudio visuais): como produtoras da sexualidade que pretende representar. Por este sentido produtivo ela incentiva os movimentos experimentais de outras estéticas, de empoderamento das minorias, dos e das trabalhadoras do sexo, etc.

A compreensão de que a tomada das tecnologias político visuais é realizada assim que seres abjetos ocupam as salas de produção do cinema, as salas de áudio visual, dentre outros – como produtorxs e também como efeitos de suas imagens – converte-se em ações experimentais destas modalidades. Os corpos e discursos não perfeitos e dissonantes chegam ao mercado e mudam as codificações seriais e normalizantes.

A montagem do vídeo “Como alguém se torna o que é: experimentações do corpo e(m) feminilidades no CFP/UFRB”, por meio de recortes, bricolagens e sons abriu flancos para a discussão do gênero como tecnologia, veiculou signos e gerou distorções capazes de fazer ver a relação artificial significante e significado. Operaram elas - as produtoras- com as tesouras de Derrida (PRECIADO 2014) e assim, destruíram o decalque sobre os signos controversos dos arrebatamentos.

ATIVISMOS E DESCONTINUIDADES “CAPITU”

Está na hora de pôr Foucault na dieta handi-queer e de escrever a morte da Clínica. Está na hora de convidar Marx para um ateliê eco-sexual. Não vamos adotar o estado disciplinar contra o mercado neoliberal (BEATRIZ PRECIADO, 2013).

Os modos de operação efetivados pelo Núcleo para discutir gênero e sexualidade nem sempre (ou muitas vezes) causam bem estar. Desviar caminhos, inclinar-se, ser tragado pelas ressacas não é uma atividade sempre confortável, especialmente num espaço político gerado pela hegemonia das políticas autoritárias dos coronéis, pela política de embranquecimento, pelo catolicismo tradicional e pela sujeição do feminino, dentre outros, como o é o interior da Bahia (porque não dizer a política patrimonialista e privatista do estado brasileiro).

As tecnologias de produção da sexualidade e gênero são controladoras e controladas por práticas naturalizadas de sexismo, racismo e homofobia inseparáveis. Contudo, neste mesmo espaço, àquilo que escapa e/ou aquilo que se enverga (resistindo) é extremamente fértil, múltiplo, criativo. Materiais diversos são hibridados por práticas pós coloniais, subalternas, queers, feministas, dentre outras.

As questões colocadas aos ativismos estão entre a mobilidade de minorias (conceitualmente falando) étnicos raciais e suas ações de rasura aos discursos colonizadores, a radicalização de práticas múltiplas que deslocam e desconstroem os binarismos, em favor de elementos políticos estéticos culturais mais localizados, contudo com alcance de afinidades transnacionais, e “se ter em conta os recursos da identidade como possíveis lugares estratégicos de ação política, sem que sejam considerados simplesmente efeitos de um sistema de opressão ou bases naturais de formação de comunidade” (PRECIADO, 2007, pág. 404, in. CARRILLO, J/tradução livre.).

Ox monstrxs por aqui estão na rua desafiando a rostidade normativa dxs sujeitos autorizadx e legitimadx a falar por nós, desde o Norte do mundo. Mas, o levante é volumoso – são faíscas, tempestades, pólvora, balões, ‘mestiçagens negras’, índixs ressurretos – todxs estes cujos modos de operar têm sido visibilizados pelas políticas múltiplas. Quando se trata de gênero e sexualidade a rasura é ainda maior, porque a invenção tecnológica do gênero des-instituiu a organização das

sexualidades de povos ancestrais, em favor do funcionamento do gênero do norte nas periferias do mundo. Um amontoado de entulhos tecnológicos perde vigor, ao mesmo tempo em que tentam ser ressuscitados por ações conservadoras, reacionárias e absurdas como o estatuto da família, por exemplo, cuja força é grande por estas bandas.

Contudo, os monstros sexuais, que além de tudo equipam-se de outras tecnologias discursivas e de radicalização corporal, ameaçam a estabilidade das reedições constantes da casa grande e senzala (O genocídio não está separado do sexismo de morte).

Mas, não somos asépticos. Os caminhos entrecortados pelos rios, fontes, secas e praias nos ensinaram a pular, sambar um pouco, rasgar fendas no chão e coletivizar modos de operação. Damos a bunda para as tecnologias de controle dos estados intermediários – vida e morte,- denunciadas por Donna. Outros efeitos de vida nos interessam, ainda que letárgicos, mas de auto ingestão de fluxos. Estamos de olho nos vários corações dos paus machistas, sexistas e racistas. Temos um cu largo, bucetas variadas, fabricamos outros buracos também. Além disso, preferimos o dildo ao falido pênis que um dia sonhou ser o centro do prazer. ‘Partiu’ desejo, para o além mundo, além-homem! Somos também entusiastas e traçamos juntxs ‘capitux’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**. 15^o ed. São Paulo: Ática, 1994. 192p.

BUTLER, Judith. **Deshacer el Género**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 375-405, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016&lng=en&nrm=iso>. Access on 12 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100016>.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, p.123-159, 1995.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Pedagogia dos Monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, p.23-60, 2000.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e espaço público no Brasil: um balanço necessário**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania in DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3/Gilles Deleuze e Felix Guattari. São Paulo: Ed 34, 1996.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Voll/Gilles Deleuze e Felix Guattari. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995 a.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2/Gilles Deleuze e Felix Guattari. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: E. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Ed 34, 1997.

FERNANDES, Florestan. O ritual guerreiro in **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006, pág. 86-109.

-
- FOUCAULT, Michel. Preface. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto.
- GIVIGI, Ana Cristina N. (kiki) e OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: o Recôncavo Baiano sai do armário In: GIVIGI, A. C.; DORNELLES, P. G. **O Recôncavo Baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2013, pág. 13-30.
- GIVIGI, Ana Cristina N. Do ressentimento à potência: o uso-desuso de drogas, a escola e as políticas de expansão no cotidiano. **Tese de doutoramento**. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003&lng=en&nrm=iso>. Access on 14 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>
- GONH, Maria da Gloria. Movimentos Sociais na Contemporaneidade In **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011
- LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUGONES, MARÍA. Colonialidad y género. **Tabula Rasa** [en línea] 2008, [citado 2013-02-04]. Disponible en Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=39600906>. ISSN 1794-2489.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Novos regimes de visualidade e descentramentos culturais. In: FILÉ, Valter (org). **Batuques, fragmentações e fluxos: zapeando pela linguagem audiovisual no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: D, P & A, 2000, p. 83 – 112.
- PRECIADO, Beatriz. Nós dizemos revolução, 2013, Trad.: Bárbara Szaniecki disponível em <http://uninomade.net/tenda/nos-dizemos-revolucao/#> acesso em 13 de maio de 2015.
- PRECIADO, Beatriz. “Tecnogênero”. In: PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Ed Espasa Calpe, 2008. Pág.. p. 81-99.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- PRECIADO, Paul. B, Activismo postporno disponível em <http://www.elmundo.es/cultura/2015/04/18/552e788222601da62d8b458c.html> acesso em 14 de maio de 2015.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.
- ROLNIK, Suely. **Tristes Gêneros**. LINS, Daniel (org.). A dominação masculina revisitada. Campinas: Papirus, 1996. Pág. 63 – 68.